



O documento a seguir foi juntado aos autos do processo de número 0601616-28.2020.6.26.0001 em 25/09/2020 17:48:56 por TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
Documento assinado por:

- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Consulte este documento em:
<https://pje1g.tse.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
usando o código: **20092517485667600000007527297**
ID do documento: **7952647**





CELSO RUSSOMANNO

PREFEITURA DE SÃO PAULO

PLANO DE GOVERNO
2021 - 2024

TRAJETÓRIA

Celso Russomanno, 64 anos, pai de três filhos, marido. Natural de São Paulo, nascido no bairro Paraíso e criado na Vila Mariana, formou-se em Direito em 1984, mas encontrou no jornalismo uma ferramenta para ajudar as pessoas.

Apresentador do programa Circuito Night and Day, da TV Gazeta, Russomanno vê sua primeira esposa Adriana morrer em 1990 por falta de atendimento médico e omissão de socorro. A filha deles, Luara, tinha apenas dois anos de idade.

Sua tragédia particular repercutiu no país inteiro. Foi assunto nos principais jornais do Brasil. Milhões de pessoas acompanharam o caso e se sensibilizaram com Russomanno.

Indignado com o descaso médico daquela ocasião, o apresentador pegou sua câmera e gravou todo o hospital enquanto buscava, sem sucesso, informações sobre a esposa que havia sido levada à UTI. Russomanno registrou o anúncio da morte de Adriana feito por um popular, já que os médicos receavam em fazê-lo.

Mas essa terrível situação não o abateu. Ao contrário disso, Russomanno começou a receber muitas denúncias semelhantes à sua. Pessoas pesadas por um sistema de saúde precário encontraram em sua figura um importante dose de esperança. Ele abriu no próprio programa um canal para que essas reclamações ganhassem repercussão.

Foi assim que aflorou o Celso Russomanno defensor das pessoas e dos cidadãos. A partir de seu drama pessoal as reclamações multiplicaram-se e já não eram restritas aos casos de saúde. Ele sentiu na própria pele os efeitos de um sistema ineficiente e decidiu trabalhar pelas pessoas.

Em pouco tempo alcançou destaque com seu jeito destemido de enfrentar os poderosos em favor dos humildes. Foi convidado a integrar a equipe de jornalismo que formou o melhor programa policial da década de 90: O Aqui Agora, do SBT.

Celso Russomanno deputado

Em 1994 foi eleito pela primeira vez deputado federal, sendo o mais votado do Brasil, com mais de 233 mil votos. Na Câmara, passou a trabalhar fortemente pela construção do Código de Defesa do Consumidor.

Em 1995 funda o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC), uma organização não governamental que até hoje atende gratuitamente dezenas de pessoas por dia. Uma equipe de advogados, custeados por Russomanno, registram e intermediam reclamações de natureza consumerista.

Integrou a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e foi presidente do colegiado de 2007 a 2008. Russomanno foi relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que estabeleceu mais dignidade aos que sofrem com algum tipo de problema físico ou mental.

Já em 1999, depois de reeleito pela primeira vez, percorreu o Brasil como vice-presidente da CPI do Narcotráfico, ocasião em que foram presos mais de 150 traficantes de drogas somente no território paulista. Representou o país na Reunião das Nações Unidas (ONU) para a discussão do crime organizado e o narcotráfico no mundo – Palermo, Itália.

Russomanno atuou combativamente nas comissões permanentes e na elaboração de leis que fazem a diferença na vida das pessoas. Contribuiu para a criação do Estatuto do Idoso, foi relator do Estatuto do Torcedor e da lei da Assinatura Digital, entre outras.

Sua atuação como deputado ultrapassou as fronteiras do Brasil. Foi membro do Parlamento Latino-Americano, presidente em 1996, e autor da primeira lei aprovada nesse colegiado – Código Latino-Americano de Defesa do Consumidor – em Guayaquil, no Equador.

Celso Russomanno foi eleito outras duas vezes como deputado federal, sempre com votações expressivas e crescentes. Em 2006, recebeu mais de 573 mil votos e foi



o terceiro mais votado do Brasil. Cumpria ali o seu quarto mandato.

Em 2010 concorreu a governador de São Paulo. Conquistou mais de 1,3 milhão de votos, ficando na terceira colocação.

Em 2014 tornou-se o deputado federal mais votado do Brasil, obteve 1.501.008 votos (7,26% dos votos válidos).

O jornalista do povo

Celso Russomanno ficou conhecido nacionalmente como o jornalista defensor do cidadão consumidor. Seu bordão “estando bom para ambas as partes” ao final das reportagens deixava claro que a queixa da pessoa que o procurou havia sido resolvida.

Sua projeção nacional começa ao integrar o televisivo Aqui Agora, um jornal policial popular do SBT que foi referência na década de 90. Russomanno enfrentou todo tipo de situação para fazer valer os direitos das pessoas que se sentiam lesadas nas relações de consumo.

Durante suas reportagens, o jornalista foi várias vezes agredido e humilhado ao defender as pessoas. Alguns casos são emblemáticos, mas se perdem em meio ao acervo de mais de 5 mil vídeos registrados. Muitos deles podem ser encontrados em seu canal no Youtube.

Russomanno trabalhou em praticamente todas as emissoras de TV do país. Apesar disso, ele nunca abandonou o formato original e a coragem que lhe são peculiares. Em 2011 ele foi convidado pela TV Record para dar sequência à defesa do cidadão.

O quadro Patrulha do Consumidor foi exibido até o dia 29 de junho deste ano sempre às 7h15 da manhã, no programa Balanço Geral. Segundo os institutos de pesquisa, Russomanno foi líder de audiência praticamente todos os dias. Mas teve de se afastar da atividade em respeito à lei eleitoral.



SUMÁRIO

1. Assistência Social.....	6
2. Cultura.....	10
3. Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda.....	14
4. Educação.....	17
5. Esporte e Lazer.....	24
6. Habitação.....	27
7. Mobilidade Urbana e Transporte.....	31
8. Saúde.....	34
9. Segurança.....	36
10. Tecnologia e Inovação.....	39
11. Meio Ambiente e Sustentabilidade.....	41



Assistência Social

A Política Nacional para a População em Situação de Rua - PNPR, foi instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 para assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as diversas políticas públicas desenvolvidas pelos nove ministérios que o compõem. Nesse sentido, vale garantir municipalmente que esta política seja continua na garantia de direitos dessa população.

PROPOSTAS

Gerar mecanismos de inclusão ativa através de políticas públicas que ampliem as oportunidades para o acesso a uma melhor qualidade de vida, com particular ênfase para as populações e regiões mais necessitadas e vulneráveis, e em favor da superação da pobreza e do desenvolvimento humano de todos os paulistanos.

Garantia dos direitos e políticas públicas integradas a pessoas com alto índice de vulnerabilidade social ou em situação de rua.

Institucionalização de uma Coordenadoria Inter secretarial, vinculada à Secretaria de Governo, Educação, Saúde, Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos, especializada na discussão sobre continuada políticas públicas para população em situação de rua, gestão dos sistemas informativos (descritos abaixo), articulador de diálogos entre as secretarias, controlado por um Conselho Gestor, composto de paritariamente entre sociedade civil e governo.

Implantação de núcleo de escuta integrado com a SMS, SMADS, SME, SMDDET entre outras nas regiões com maior concentração da população



em situação de rua com o objetivo de um novo olhar, principalmente no que diz respeito ao sofrimento pessoal.

Construção de prontuário eletrônico integrado entre serviços públicos, permitindo a produção de indicadores e o acompanhamento dos indivíduos dentro da rede pública, indicando pontos de fuga e fragilidades no sistema para readequação e aprimoramento (pode-se pensar vinculação com o CAD único, se possível);

Restruturação dos centros de acolhida às pessoas em situação de rua, ampliando o espaço para acolher profissionais da saúde e educação, com proximidade à demais equipamentos da cultura, de maneira a compor um espaço não apenas de pernoite, mas de cuidados, orientações e encaminhamentos para a rede socioassistencial, de garantia e revitalização de direitos;

Construção e ampliação dos Centros POT - Projeto Operação Trabalho e da estrutura mínima administrativa, com integração à nova Coordenadoria Inter secretarial e aos sistemas de prontuário e de vagas, visando torná-las ponto focal no atendimento;

Implantação de programa de zeladoria com a população em situação de rua integrada entre as diversas pastas da administração;

Investimento na readequação das casas de acolhida com infraestrutura para uma nova dinâmica de abordagem a partir do pernoite no equipamento;

Investimento em cursos profissionalizantes e tecnológicos para inclusão no mercado digital;

Ampliar parcerias público privada para recolocação no mercado de trabalho;

Criação da Casa do Jovem com o objetivo de conferir o acompanhamento de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho, resgatando e fazendo a ponte deste jovem com as vagas de jovens aprendizes;



Realização de planos de carreira para os programas de jovens aprendizes nos órgãos públicos.

Verificar a viabilidade de instituir um programa de alimentação nas férias escolares para os alunos regularmente matriculados

Desenvolver uma política pública integrada entre as secretarias de saúde, assistência social, educação, trabalho e empreendedorismo, habitação, política de álcool e drogas, Comunidades terapêuticas, propiciando a garantia dos mínimos sociais, a restauração da dignidade da pessoa humana, ao provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.

Implantação e melhoria de Ações:

- Orientadores sociais com preparação e metodologia adequada, considerando às peculiaridades do atendimento e população alvo.
- Acolhimento adequado ao perfil do usuário em mudança de vida ou rotina.
- Equipamentos específico para os estágios de conquista de autonomia.
- Durante o tratamento de saúde do usuário que este tenha garantido seu acolhimento e outras atividades que possa colaborar para sua autonomia.
- O acompanhamento dos Cras e Creas tenha efetividade nos territórios de origem no fortalecimento dos vínculos familiares.
- A inclusão no mercado de trabalho, na educação, que possa ser essencial para sua autoestima e autonomia pessoal.

- 
- Que às Comunidades terapêuticas possam ser consideradas políticas públicas que integram o sistema de restauração da autonomia do cidadão.
 - Às Igrejas ou religiões sejam seguimentos essenciais no trabalho motivacional e emocional no resgate a cidadania.
 - Criação do programa " reiniciando"
 - Criação de parcerias com Comunidades terapêuticas e/ou clínicas para casos mais graves.
 - Adequação das casas de acolhida a família com filhos menores de 18 anos e companheiro quando existir.

Readequação e qualificação dos Conselhos Tutelares na Cidade de São Paulo, implantando sistema integrado de informação com os órgãos envolvidos com o objetivo de promover a eficácia no atendimento.

Cultura

PROPOSTAS

Incentivo à criação de novos espaços culturais em zonas desfavorecidas de oportunidades culturais.

Instalação de oficinas de música, cineclubes e teatros nos espaços públicos mantidos pelo município PRINCIPALMENTE nas escolas municipais de ensino fundamental da cidade: 10% das escolas municipais irão ter espaços culturais no primeiro ano de governo, chegando a 30% no quarto ano de governo: 50 escolas em 2021 e 150 escolas integradas ao programa em 2024.

Fomentar a criação de cia teatrais amadoras, grupos musicais e cineclubes no entorno desses espaços.

Incentivo à indústria do entretenimento na cidade de São Paulo.

Incentivar e valorizar os programas e eventos nas Casas de Cultura.

Desenvolver programa de formação e de participação em atividades culturais nas escolas, incentivando a permanência do aluno após o término das aulas.

Reorganizar e estimular a Virada Cultural ampliando seu espaço de programação para toda a cidade e criar uma programação permanente.

Transformação da cidade de São Paulo num centro de produção de audiovisual aumentando o número de produções de cinema, tv, streaming e outras mídias filmadas em São Paulo para 2.000 produções/ano até o final deste plano de governo criando políticas de



fomento, qualificação de mão de obra e visibilidade junto à comunidade produtora nacional e internacional.

Assinatura de convênios com grandes produtoras de séries, filmes e estúdios (em especial de Hollywood) para gravações na cidade de São Paulo.

Incentivo à manutenção de teatros e cinemas em locais de risco econômico e social.

Investir na manutenção e ampliação dos espaços teatrais e cinemas em bairros e no centro de São Paulo buscando ações que garantam a sobrevivência destes espaços.

Em contrapartida os espaços terão sessões voltadas à formação de público, principalmente escolar. Criação do programa Adote um Cinema de rua e adote um teatro para empresas e pessoas físicas.

Criação dos centros referenciais de cultura.

Em parceria com a Secretaria Municipal do meio ambiente criar nos parques municipais os seguintes Centros Referenciais de Cultura:

- Centro Referencial da Cultura Nordestina
- Centro Referencial da Cultura do Imigrante
- Centro Referencial da Cultura Afro-brasileira
- Centro Referencial da Cultura Caipira Paulistana
- Centro Referencial da Cultura Indígena Brasileira
- Centro Referencial da Cultura Religiosa Brasileira
- Outros

Os Centros Referenciais de Cultura irão realizar festas, eventos, mostras e shows. Irão divulgar suas ações e manifestações culturais, folclóricas e gastronômicas nos parques da cidade, e em espaços públicos da cidade, inclusive em período noturno.

Criar premiações com abrangência nacional e internacional através da curadoria de festivais, concursos e mostras nas áreas de:

- Literatura (Criação da Mostra Paulistana de Literatura Infantil);
- Dança (Criação do Festival de Dança da Cidade de São Paulo);
- Teatro (Criação do Festival de Teatro da Cidade de São Paulo);
- Música (Criação do Festival da Nova Música Erudita da Cidade de São Paulo);
- Artes: (em conjunto com a Bienal de São Paulo criar o prêmio Cidade de São Paulo para Novos Artistas).

Criar o programa jovem aprendiz cultural.

Todas as manifestações produzidas com fomento e/ou mantidas com recursos municipais terão que ter em seu quadro de prestadores de serviços jovens para a obtenção de conhecimento profissional na área cultural.

São Paulo tem em seu patrimônio histórico o DNA de sua história a céu aberto.

Valorização do proprietário do imóvel particular tombado pelo Poder Público. Serão criadas ações de fomento e de destaque ao patrimônio histórico.

Serão criadas ações de fomento e de destaque ao patrimônio histórico.

Anualmente a PMSP irá publicar um catálogo do patrimônio histórico com sua contextualização para a cidade.

Será fomentado o instrumento de transferência do potencial construtivo dos imóveis tombados pelo poder público municipal.

Aos imóveis tombados será isenta a cobrança de IPTU e haverá possibilidades de utilização do espaço para veiculação de mídia publicitária, desde que não haja descaracterização visual do imóvel.

Essas ações visam a sustentabilidade e evitar o processo de abandono desses imóveis.

Manter e ampliar o que funciona e a reavaliar o que não deu resultados.

São Paulo é uma cidade com ações culturais fortes e estabelecidas, porém alguns espaços e programas são invisíveis e de pouca eficácia social e cultural. No primeiro ano de governo todos os projetos e contratos em andamento serão avaliados.

Programas e convênios culturais que estiverem dentro das metas de qualidade e atendimento serão fomentados e ampliados. Nenhum programa em andamento será deixado para trás.

Programas e convênios culturais que estiverem abaixo das metas (o período da epidemia COVID 19 não será computado na avaliação, sendo analisada tão somente as ações anteriores) terão um prazo para apresentar projeto de resignação e melhora de ações.

Após este prazo os programas e contratos que não obtiverem os resultados propostos serão cancelados.

Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda

PROPOSTAS

Criação de comitês de indústria, comércio e de serviços para adequar as ações públicas junto às cadeias produtivas.

Criar o Centro de Empreendedorismo da Cidade de São Paulo que irá desenvolver políticas de desenvolvimento para a cidade em conjunto com instituições públicas e privadas.

Implantar uma rede de incubadoras que deverá contar com o apoio de universidades, centros de pesquisa de inovação e tecnologia, atuando inclusive para o desenvolvimento e otimização dos serviços públicos

Priorizar uma política municipal de turismo, em conjunto com a iniciativa privada, tendo em vista o grande polo turístico, sobretudo de negócios, que se constitui São Paulo, de forma a consolidar a nossa cidade como um dos atrativos turísticos do Brasil.

Investir na recuperação e revitalização do centro e regiões com potencial de atração turística, criando polos culturais e espaços de lazer.

Aumentar os serviços de segurança nos locais turísticos, ampliando a presença da Guarda Civil Metropolitana, assegurando o bem-estar dos visitantes e preservação desses espaços e patrimônios.

Organizar concursos regionais de decorações e promoções, em parceria com as associações comerciais e associações de shoppings, nas principais datas de eventos comerciais da cidade: Dia dos Pais, das Mães, Dia dos Namorados, Páscoa, Natal etc.



Fortalecer e expandir o projeto Circuito de Compras com ações integradas de qualificação, fomento ao empreendedorismo, divulgação e comunicação pública, melhoramento da infraestrutura pública e do transporte urbano e garantia de segurança pública.

Criar roteiros de caráter histórico, religioso, esportivo e gastronômico, a fim de formar um complexo de rotas que atendam demandas regionais e internacionais, em paralelo ao estabelecido turismo de negócios.

Criar roteiros turísticos de compras na cidade, incluindo novos polos e os já estabelecidos, com incentivo a reurbanização local, capacitando profissionais em receptivo local.

Promover o desenvolvimento econômico e sustentável do município de São Paulo visando sua regionalização, aproveitando as vocações produtivas da cidade e a inclusão produtiva da população economicamente ativa por meio do incentivo da tecnologia e da inovação e o fomento da formação e qualificação profissional, da economia solidária e de programas e projetos de geração de emprego e renda.

Em parceria com os governos federal e estadual, as universidades públicas e privadas e o setor empresarial, reforçar e avançar na estratégia dos polos tecnológicos e, especialmente, na concretização dos projetos de parques e polos tecnológicos paralisados, visando promover o desenvolvimento.

Incluir como princípio básico das políticas de promoção do desenvolvimento econômico e da geração de emprego e renda a descentralização da estrutura produtiva de São Paulo, promovendo o desenvolvimento econômico das regiões e seus bairros, integrando a implantação de infraestrutura urbana e tecnológica com incentivos a atividades específicas como telemarketing, hotelaria, gastronomia, turismo e demais vocações locais.

Dentro do conceito de Cidade Criativa, fortalecer os programas de promoção do desenvolvimento das atividades relacionadas aos bens e serviços criativos, como a indústria cultural em todas suas manifestações, como artesanato, design, moda, cinema e vídeo,



editoração, softwares de lazer, rádio e TV, aproveitando as vocações existentes e melhorando os processos de capacitação e incentivo do empreendedorismo, da inovação tecnológica, do microcrédito e da ampliação do mercado.

Promover o empreendedorismo no segmento das micro e pequenas empresas através do fortalecimento de microempresas, identificação e incentivo de arranjos produtivos locais em articulação com a grande empresa e o setor público; o fortalecimento dos serviços de assessoria e capacitação na elaboração e gestão de planos de negócios; a formação para gestão de empreendimentos e negócios; o apoio técnico e jurídico para os processos de formalização e o acesso ao crédito.

Ampliar e melhorar a política de geração de emprego e renda por meio da articulação dos Centros de Apoio ao Trabalhador com os programas de qualificação profissional, fomento das micro e pequenas empresas e demais ações de promoção do desenvolvimento econômico do município.

Educação

PROPOSTAS

Garantir o direito, o acesso e a permanência na educação pública municipal, com direito à qualidade, inclusão, pertinência, transparência e equidade mediante ampliação e melhoria dos serviços, benefícios, programas e projetos educacionais que contribuam para o desenvolvimento individual e social dos paulistanos.

Fortalecer e ampliar os programas e os projetos que possam melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis e modalidades da rede municipal de educação, visando à correção do fluxo escolar, redução da evasão e aprimoramento dos processos de aprendizagem mediante a implantação de um sistema de indicadores que possibilite a avaliação da qualidade da educação e a autoavaliação das unidades educacionais; promoção dos projetos político-pedagógicos das escolas; suporte técnico e financeiro à gestão escolar, garantindo recursos, autonomia e participação da comunidade escolar; realização de intercâmbios de experiências pedagógicas entre as unidades escolares; promoção da utilização de Tecnologia da Informação (TI) e de Comunicação nas práticas curriculares; desenvolvimento de atividades culturais e desportivas, dentro e fora da escola; ampliação dos acervos de livros e das atividades de leitura; desenvolvimento de políticas de combate à violência na escola e a todas as formas de exclusão e de discriminação; e promoção de programas que atinjam as metas nos índices nacionais e internacionais de avaliação da educação básica.

Melhorar os serviços de alimentação escolar em todos os níveis e modalidades da rede municipal de educação, garantindo, assim, sua qualidade, formação de hábitos alimentares saudáveis e eficiência,



transparência e fiscalização dos processos de aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

Ampliação da cobertura da WIFI livre, com o objetivo de integrar o sistema educacional municipal aos estudantes, buscando alternativas e parcerias com as diversas operadoras de internet.

Propostas em Defesa do Cidadão em Formação:

- Medidas emergenciais de recuperação de defasagem pedagógica durante a pandemia;
- Colocar o currículo elaborado em prática, de acordo com a BNCC;
- Motivar equipe docente, incentivando a inovação;
- Engajar alunos nos processos educacionais, através de metodologias ativas de aprendizagem;
- Modernização didática, metodológica e estrutural, considerando a sociedade atual;
- Garantir, além de vagas, qualidade de ensino;
- Melhorar o trabalho desenvolvido no EJA (Educação de Jovens e Adultos), ampliando o olhar para a qualificação para o mercado de trabalho;
- Utilizar o espaço escolar como ambiente seguro de esporte e lazer durante as férias, tirando as crianças das ruas e oferecendo entretenimento.

Plano Emergencial Pandemia | Programa de Recuperação Pedagógica

- Acolhimento dos professores e colaboradores - treinamento e conscientização acerca dos protocolos de higiene e saúde.
- Acolhimento psicológico para os docentes - é preciso estar emocionalmente equilibrado para acolher as crianças e adolescentes.
- Semana de readaptação dos alunos ao ambiente escolar, com espaço para diálogos, práticas de brincadeiras lúdicas para conscientização do distanciamento e protocolos.

- 
- Avaliação diagnóstica de aprendizagem.
 - Mapeamento das escolas com maior defasagem, promovendo um trabalho personalizado e direcionado para as necessidades de cada unidade escolar.
 - Contratação temporária de professores mediante necessidade.
 - Reforço escolar no contraturno, especialmente dos alunos de alfabetização.
 - Orientação psicopedagógica para professores, no sentido de potencializar as práticas docentes na recuperação da defasagem.

Programa Educador Inovador

- Plataforma de projetos inovadores, em que os professores cadastram suas práticas realizadas ou idealizadas de ensino, desde ações pedagógicas até soluções digitais, voltadas para o engajamento e criatividade dos alunos.
- A cada semestre, os melhores projetos serão premiados.
- A cada 3 premiações que a escola receber, terá uma bonificação em forma de equipamentos ou melhorias na infraestrutura.
- Em parceria com a iniciativa privada e investidores que buscam Startups voltadas para soluções criativas.
- Criar uma rede de ideias inspiradoras, de professor para professor.
- Estimular a criatividade do corpo docente.
- Valorizar iniciativas inovadoras.
- Reconhecer o potencial dos professores.
- Gerar oportunidade de negócio.
- Desenvolver a cultura de inovação.

Projeto Educacional Estruturado | Plataforma digital

- Com esta ferramenta o aluno pode rever conteúdos, assistir videoaulas e outros vídeos que darão suporte à compreensão das disciplinas. Acessar textos, documentários, reportagens que



enriquecem a construção de conhecimento, ampliam os diálogos e a visão de mundo do estudante.

- Atividades para o aluno registrar direto na plataforma digital ou através de fotos de suas produções / * É possível, ainda, fornecer o mesmo material de forma física.
- Comunicação digital entre os setores da escola, otimizando tempo e processos.
- Comunicação digital direta com as famílias;
- Portfólio para apresentação dos processos pedagógicos da turma.
- Orientações de atividades para professores - documentos norteadores alinhados com a BNCC.
- Produção de plano de aula direto na plataforma.
- Videoconferência - especialmente para o ensino híbrido e aulas remotas.
- Ferramenta de avaliação.
- Relatórios de aprendizagem.
- Permitir ao professor direcionar tempo e ações para os alunos que mais necessitam de atenção diferenciada, com dificuldades de aprendizagem, focando seu trabalho em estratégias para o sucesso escolar de seus alunos.

****Demanda dispositivo e acesso à internet - tablet e chip***

Objetivos

- Garantir conteúdo pedagógico aos alunos, em qualquer lugar.
- Reduzir a desigualdade educacional, levando ensino de qualidade a todos os estudantes.
- Criação da cultura digital na escola.
- Melhorar a comunicação família x escola.
- Acompanhamento em tempo real da produtividade do professor e aluno.
- Gestão inteligente e integrada (escolas e rede).
- Acompanhamento da aprendizagem, para intervenções mais eficientes e assertivas.



Programa de Inclusão Tecnológica

- Identificar os estudantes que não possuem dispositivo digital e internet.
- Disponibilizar tablets e dados móveis para os horários de aula.
- Orientar quanto ao uso dos dispositivos para fins educativos.

Objetivos

- Garantir acesso à plataforma de ensino digital.
- Oferecer qualidade nas oportunidades de aprendizagem.
- Incentivar o uso de ferramentas digitais na busca e produção de conhecimento.
- Motivar o aprendizado dos alunos.
- Inclusão digital dos estudantes.
- Reduzir o número de evasão e reprovação.
- Promover a personalização da aprendizagem.
- Ampliar a visão de mundo e acesso a diferentes ferramentas de aprendizagem.

Programa de Assessoria Educacional

- Formação mensal online de professores.
- Assessoria pedagógica online.
- Trabalho de identificação de necessidades em cada unidade escolar, e elaboração de propostas de intervenção.

Objetivos

- Atualizar a equipe pedagógica.
- Oferecer suporte aos professores para inovar suas práticas.
- Identificar demandas específicas de cada escola e atuar diretamente nas necessidades.
- Melhorar a qualidade dos HTPC's, tornando-os produtivos e formativos.
- Motivar o corpo docente, promovendo um trabalho mais participativo, com acompanhamento dos processos e



resultados.

EJA - Projeto Educacional Estruturado

Proposta de plataforma digital, formação docente e material didático voltado para a educação de jovens e adultos, acrescido de conteúdo voltado para:

- Desenvolvimento de habilidades socioemocionais.
- Letramento digital.
- Planejamento e gestão de tempo.
- Educação financeira.
- Empreendedorismo.
- Trilhas formativas por interesse.

Objetivos

- Realizar um trabalho específico para esse público, de forma consistente e articulada.
- Capacitar jovens e adultos para além do conteúdo acadêmico.
- Desenvolvimento de habilidades essenciais para o mercado de trabalho.
- Resgate da autoestima.
- Motivar e reter os alunos por meio de metodologias ativas.

Projeto Diversão nas Férias

- Em parceria com demais secretarias, promover, dentro da escola, atividades de esporte, lazer e cultura nos períodos de férias escolares.
- Utilizar os ambientes escolares para brincadeiras, gincanas, oficinas, ateliês, jogos, esporte, teatro, entre outras possibilidades de acolhimento e desenvolvimento.
- Canalizar a energia das crianças para atividades saudáveis e em ambiente seguro.



Objetivos:

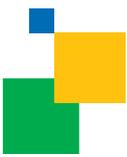
- Oferecer atividades de entretenimento na escola, tirando as crianças da rua.
- Ampliar o sentimento de pertencimento ao espaço escolar.
- Despertar o cuidado dos alunos na manutenção e conservação da escola.

Agência reguladora de convênios

- Criação de uma agência reguladora para convênios de Centros de Educação Infantil (CEIs).
- Identificação das regiões com maior necessidade para implantação das escolas.
- Mapeamento e acompanhamento do processo de convênio e disponibilidade de vagas.

Objetivos:

- Priorizar os convênios por demanda de vagas, direcionando recursos para quem mais precisa.
- Ampliação da oferta de vagas para a primeira infância na rede municipal.



Esporte e Lazer

PROPOSTAS

Instituir um calendário oficial das olimpíadas Infanto-juvenis e da Terceira Idade.

Criar Centros Esportivos Olímpicos Regionais a fim de formar e desenvolver aptidões esportivas nas crianças da rede pública municipal.

Incentivar a prática do skate na cidade, juntamente com o auxílio e parceria da Confederação Brasileira de Skate.

Formação de parceria com federações esportivas e sociedade civil para o desenvolvimento do esporte no município, inclusive os chamados esportes radicais.

Reestruturar as ações municipais com a juventude a fim de trabalhar na prevenção, educação e conscientização, através de programas e projetos esportivos.

Criar nos parques municipais um cronograma de atividades esportivas para todos os públicos.

Construir parceria com a Federação Paulista de Futebol para localizar e acolher jovens talentos nas periferias.

Fomentar atividades esportivas nas comunidades da cidade através da criação de novos polos esportivos, utilizando unidades escolares disponíveis, como as da rede CEU.



Fomentar e acompanhar as administrações indiretas dos CDCs para que haja um aproveitamento pleno dos mesmos.

Desenvolver a Escola Olímpica Municipal que atuará no desenvolvimento de atletas identificados nos Centros Esportivos Olímpicos Regionais.

Agilizar a aprovação dos projetos na Lei de Incentivo ao Esporte.

Autorizar e realizar parceria com os clubes da capital, para que o ISS pago seja revertido e investido no esporte de uma comunidade - Adote a Comunidade.

Incentivar, reestruturar e expandir o auxílio do Bolsa-Atleta na cidade de São Paulo - Lei 15.020 29/10/09.

Implantar em locais que não dispõe de equipamentos públicos esportivos o programa ruas de lazer.

Reforma de Todos os Equipamentos Esportivos Municipais: A escassez de recursos, nos últimos anos, para manutenção dos equipamentos públicos, prejudica o pleno desenvolvimento do esporte. A prefeitura deve priorizar recursos para reforma e manutenção de seus próprios.

Fomentar o Esporte de Formação Através das Escolas de Esporte: Integrar as Escolas de Educação Física e as Escolas de Esporte com a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, por meio de parceria, com a participação de monitores voluntários, como forma de atender os estágios curriculares obrigatórios.

Promover a Prática Esportiva Para Idosos: Criar programas e projetos que promovam a prática esportiva para pessoas idosas, objetivando buscar melhor qualidade de vida e saúde.

Promover e Incentivar a Virada Esportiva: Estabelecer maiores incentivos a este programa já existente, objetivando sua ampliação.

Alternativas de Lazer: ampliar a oferta de opções de lazer em São Paulo, com participação da comunidade na construção de alternativas, é um dos objetivos do programa. Será equacionada a distribuição de equipamentos na cidade, revitalizados os espaços públicos destinados a



esse fim, criados novos espaços e programadas ações para os finais de semana e feriados, como as Ruas de Lazer (com equipamentos móveis e recursos humanos específicos) espetáculos circenses, teatro popular, cinema gratuito e outros.

Reativar o Conselho Municipal de Esporte e Lazer: reativar e promover reuniões periódicas do Conselho Municipal de Esporte e Lazer, buscando do mesmo as melhores diretrizes para o esporte.

Fundo Municipal de Esporte e Lazer: Incentivar o Fundo Municipal do Esporte e Lazer a estabelecer parcerias com a iniciativa privada, visando sua ampliação e fortalecimento.

Futebol Amador: Promover políticas de incentivo ao Futebol Amador visando resgatar o futebol de várzea e estimular a participação de crianças, jovens e adultos na prática do futebol.

Habitação

PROPOSTAS

As diretrizes apresentadas foram apuradas de acordo com os temas prioritários para o desenvolvimento da política habitacional do município, garantindo o cumprimento da função social da moradia, da política urbana, da inclusão social, do financiamento da habitação social e dos projetos urbanísticos em execução ou previstos para serem realizados na capital.

Garantir a produção de unidades habitacionais populares para famílias com renda bruta de até três salários mínimos, que não possuem acesso ao crédito imobiliário, por meio do programa habitacional “Pode Entrar”. O programa também visa atender famílias com renda bruta de até seis salários mínimos, com subsídio por meio de Carta de Crédito de até R\$ 40 mil.

Viabilizar moradias populares no centro da cidade com a requalificação de imóveis (Retrofit).

Diminuir os gastos públicos com o pagamento de auxílio aluguel, objetivando a utilização dos recursos para a construção de unidades habitacionais.

Executar a 2ª Conferência Municipal de Habitação de São Paulo e assim voltar a discutir com todos os setores (Poder Público, Sociedade Civil e Iniciativa Privada) interessados no desenvolvimento das políticas habitacionais da capital

Integrar as ações em habitação com as demais políticas urbanas e sociais, de forma a garantir o direito à habitação, incluindo o



fornecimento de meios de acesso a equipamentos sociais e de infraestrutura urbana.

Garantir a proteção dos recursos naturais e do meio ambiente, fiscalizando e evitando ocupações em mananciais e proteção ambiental.

Ampliar o programa de Parceria Público-Privada (PPP) Habitacional do município, aumentando a oferta de moradia popular na cidade.

Garantir o término de obras paradas, entre elas a urbanização de assentamentos precários e construção de conjuntos habitacionais.

Consolidar, por meio de ação conjunta da população e do poder público (municipal, estadual e federal), a moradia social nas áreas centrais, mediante a requalificação (Retrofit) das áreas de cortiços, a reforma/reciclagem de edifícios vazios ou subutilizados, a recuperação para uso habitacional de imóveis de valor histórico arquitetônico, e a produção de novas unidades habitacionais de interesse social, compatibilizando os programas de reabilitação das áreas centrais com garantias de não expulsão da população de baixa renda que nelas habita e trabalha.

Aproveitar os investimentos já realizados pela população de baixa renda em moradias, promovendo a urbanização e recuperação física de favelas e loteamentos precários, bem como a regularização fundiária desses assentamentos.

Coibir novas ocupações por assentamentos habitacionais nas áreas inadequadas para essa finalidade, em especial áreas de preservação ambiental e de proteção aos mananciais, áreas de risco, áreas contaminadas e bens de uso comum do povo.

Urbanizar e regularizar favelas produzindo alternativas para acesso à moradia, na quantidade e proporção necessária para combater o déficit habitacional na cidade de São Paulo.

Incentivar a produção de moradias de padrão acessível aos grupos de renda média, simplificando e agilizando os processos de aprovação de novos empreendimentos habitacionais.



Incentivar a regularização fundiária, revisando a legislação Municipal de uso e ocupação do solo.

Fortalecer os mecanismos do município para a negociação de conflitos relacionados com o uso e a posse de imóveis, visando evitar despejos e ações reintegratórias.

Manter informações atualizadas sobre a situação habitacional do Município, especialmente em relação ao déficit e às necessidades habitacionais, por meio da modernização do portal HabitaSampa.

Propiciar a participação da população e dos movimentos que lutam por moradia, bem como das universidades, ONGs e entidades empresariais, na definição das ações e prioridades da política habitacional.

Consolidar e fortalecer a participação do Conselho Municipal de Habitação (CMH) e demais instâncias do setor habitacional nas decisões e diretrizes da habitação da capital.

Articular as ações da política habitacional com os programas dirigidos à inclusão social através da geração de renda, emprego e capacitação dos grupos excluídos.

Garantir a reserva de unidades habitacionais de interesse social para o atendimento aos idosos e as pessoas com deficiências físicas.

Desenvolver programa de atendimento habitacional dirigido à população em situação de rua, em parceria com a Secretaria de Assistência Social.

Articular parcerias nas instâncias municipal, estadual e federal para otimização dos recursos e financiamento habitacional, visando aumentar a produção de moradia.

Facilitar o acesso e a permanência das famílias de baixa renda nas linhas de financiamento público da Habitação de Interesse Social.

Destinar recursos provenientes da outorga onerosa do direito de construir para investimentos em programas habitacionais de interesse social e recuperação dos assentamentos da população de baixa renda.



Estimular o desenvolvimento de projetos de autofinanciamento de moradia, por meio de associações e cooperativas, assim fortalecendo a autogestão como instrumento de produção de empreendimentos habitacionais de interesse social.

Desenvolver ações visando a solução de pendências contratuais e de regularização de registros imobiliários, relacionadas com a produção habitacional pública já construída.

Adotar tecnologias de projeto, construção e manutenção dos empreendimentos habitacionais voltados para os princípios do desenvolvimento sustentável, contemplando alternativas de conservação de água e energia, além da reciclagem de resíduos sólidos.

Mobilidade Urbana e Transporte

PROPOSTAS

Revisar a política pública de transporte tendo em vista o novo normal na cidade de São Paulo, buscando os critérios de integralidade, equidade, eficiência, economia e sustentabilidade financeira, com a finalidade de diminuir o impacto no orçamento.

Promover o incentivo ao uso do transporte público.

Expandir os terminais urbanos de integração e qualificar os existentes com o objetivo de melhorar a transferência do sistema e os pontos de conexão entre linhas e oferecer aos usuários do transporte público maior flexibilidade de destinos.

Concessão para administração, manutenção, conservação, exploração comercial e requalificação dos terminais de ônibus e de seus empreendimentos associados, e realização de obras de melhoria no perímetro de abrangência.

Fortalecer a articulação interinstitucional com os municípios da Grande São Paulo com o propósito de melhorar a integração e complementação das políticas de mobilidade na região.

Melhorar a circulação do transporte de carga no sistema viário da cidade de acordo com as diretrizes de uso e ocupação do solo.

Ampliar as faixas exclusivas de ônibus, à direita da via, e do transporte público em geral.

Formular e implantar uma estratégia de fortalecimento institucional da Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo - CET, com o objetivo que possa cumprir de forma eficaz suas atribuições institucionais de



planejar e operar o sistema viário do município com segurança e fluidez do trânsito.

Desenvolver, por meio de convênios com instituições de ensino, programas, específicos para o segmento, de capacitação, qualificação e requalificação técnica dos recursos humanos da CET.

O “Programa Administração Inteligente” irá proporcionar a modernização dos equipamentos e o investimento em tecnologia de informação, o que permitirá mais eficiência no controle dos serviços de transporte público e tráfego da cidade, com semáforos inteligentes, monitoramento de corredores e vias públicas.

Modernizar e quantificar de modo adequado os equipamentos de operação e de fiscalização da CET (guinchos, veículos de fiscalização, de manutenção, instrumentos de autuação e de comunicação, itens de segurança etc.) e ampliar o seu quadro de pessoal para melhor gerenciamento do trânsito.

Desenvolver sistemas de redundâncias para segurança na funcionalidade do sistema de sinalização semafórica dos cruzamentos mais importantes da cidade.

Elaboração de Plano Cicloviário integrado ao Plano de Mobilidade do Pedestre que deverão ser implementados, sempre buscando a integração plena de todos os modos de transporte, proporcionando meios de deslocamentos saudáveis e não poluentes.

Implantar projetos de infraestrutura adequados para circulação de pedestres e ciclistas, incluindo a construção, renovação e rebaixamentos de calçadas, vias públicas e parques, tornando-as acessíveis às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida e/ou cadeirantes. Dotar também esses locais de sinalização e de sistema de iluminação.

Desenvolver e implantar programa para a Cidade Noturna, aproveitando a diminuição do tráfego e ampliar o horário de funcionamento das atividades comerciais, lazer e de serviços, desenvolvendo alternativas de transporte e estimulando a vida noturna da cidade de São Paulo.



Implementar Padrões de Qualidade: Além do Índice de Qualidade do Transporte - IQT, previsto no Contrato de Concessão Municipal de Transporte Público, propõe-se a criação do Índice de Qualidade da Infraestrutura - IQI com indicadores de qualidade da pavimentação, iluminação, abrigos, semáforos e demais itens relacionados ao desempenho do transporte no Sistema viário.

Criar Conselho Municipal de transporte, onde terá a participação de todos os modais de transporte da cidade de São Paulo e demais membros do setor público, com o propósito de desenvolvimento de políticas públicas que venham em benefício da Cidade de São Paulo.

Fomentar novos modais de transporte, tais como Eletro mobilidade - BRTs, automóveis e veículos levíssimos.

Ampliar a rede estruturada de transporte público coletivo, investindo modais modernos de alto desempenho e na transformação de corredores existentes.

Incentivar, em larga escala, o uso do diesel S10, biodiesel e de outros combustíveis de baixo impacto ambiental em substituição ao diesel corri alto teor de enxofre.

Otimizar e ampliar a frota do e do sistema “Atende” e dotar a frota de ônibus das empresas permissionárias e concessionárias de dispositivos de elevação que possibilite acessibilidade plena às pessoas com mobilidade reduzida.

Melhorar a circulação do transporte de carga no sistema viário da cidade de acordo com as diretrizes de uso e ocupação do solo.

Saúde

PROPOSTAS

Avançar no fortalecimento dos programas de atenção em saúde dirigidos aos grupos populacionais prioritários e de alto risco, como crianças, mulheres, gestantes, idosos e dependentes químicos.

Medidas urgentes têm que ser tomadas para a melhora da saúde no município de São Paulo, desde a prevenção de doenças, até a integração dos atendimentos nas diversas esferas.

Modernizar a gestão da Saúde com foco na melhoria dos sistemas de planejamento, de execução, de avaliação, de melhoria contínua e de comunicação, informatizar o fluxo de informações com foco na melhoria do desempenho assistencial e criar um núcleo de inteligência em saúde para o apoio à tomada de decisões estratégicas, táticas e operacionais.

Despender esforços para que haja revolução no atendimento às pessoas com deficiência, com foco no diagnóstico, tratamento e acompanhamento das principais patologias, tendo como objetivo a reinserção e a inclusão social das pessoas com deficiência, em todos os estratos sociais.

Tecnologia e gestão da informação usada em função de benefício do cidadão, com a implantação do teleatendimento em saúde, para consultas médicas à distância, bem como atendimentos de fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia, terapia ocupacional etc.

O acesso ao teleatendimento será pela conexão do munícipe ou por “clusters” de conexão digital, espalhados por todo município. Podem estar localizados em escolas, próprias UBSs, associações de bairro etc.



Funcionaria como “ambulatórios digitais”. O plano de atendimento à distância terá dedicação especial aos servidores públicos, tornando as rotinas médicas e administrativas facilitadas.

Acesso do histórico clínico digital a todos cidadãos, o prontuário médico deve estar disponível ao acesso imediato de cada indivíduo em plataforma digital nas nuvens. Assim, quaisquer atendimentos em saúde podem ser integrados e com seu histórico de acesso imediato em todas unidades de atendimento. Isso permitiria um melhor atendimento médico, mais rápido e eficiente, evitando exames repetidos de modo desnecessário, administração de medicamentos de intolerância ou alergia, repetição de tratamentos prévios de insucesso etc.

Esta plataforma digital é fornecida pelo município e de acesso universal, somente com autorização do próprio cidadão ou seu responsável.

Estruturação integrada dos serviços em rede única, os dados clínicos não são integrados entre todas unidades de atendimento em todas esferas de complexidade. Hospitais não trocam informações com ambulatórios e prontos socorros. O desperdício de tempo e dinheiro são substanciais, além de levar a pior eficiência dos serviços prestados. A integração de dados e informações do paciente deve ser comum em toda rede de atendimento municipal.

Projeto “O médico é meu”, o cidadão precisa de uma referência em seu atendimento de saúde, organizando e referenciando os serviços necessários. O apoio do agente comunitário é fundamental, pelo seu papel próximo do indivíduo e sua família, conhecendo suas características e a maioria de suas necessidades. A orientação para o direcionamento de seu tratamento otimiza todos processos e leva a significativa economia aos cofres públicos.

Segurança

PROPOSTAS

Fortalecer o Observatório de Segurança e Violência através de sistemas de monitoramento e pesquisas realizadas diretamente com a população e as comunidades, além do melhoramento dos sistemas de informação existentes com o propósito de se tornar uma ferramenta estratégica e efetiva de suporte ao planejamento, gestão e a operacionalização das estratégias da Política Pública Municipal de Segurança Pública e Convivência Cidadã do município de São Paulo e dos planos de segurança pública e convivência cidadã por subprefeitura.

Em parceria com o governo do estado, promover o fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública (Consegs) que operam na cidade, com o objetivo de apoiar o melhoramento de suas funções de análise, planejamento e acompanhamento à solução dos problemas comunitários relacionados à segurança pública na sua região.

Determinar que a Guarda Civil Metropolitana passe a fiscalizar desmanches irregulares, através das prerrogativas na fiscalização de alvará desses estabelecimentos irregulares, não interferindo nas autonomias da Polícia civil e Militar.

Decentralizar o Programa Ronda Guardiã Maria da Penha que hoje possui uma unidade na área central da cidade e criar uma unidade em cada região da cidade aumentando substancialmente o número de equipes.

Criação da Ronda Proteção à Melhor Idade que visa proteger o idoso vítima de maus tratos e que estão desprovidos de qualquer auxílio nesse sentido, aproveitando a estrutura do Programa Ronda Guardiã Maria da Penha possa também de forma ampliada, passar a atender esse



segmento da melhor idade que não possui nenhum tipo de proteção efetiva por parte do poder público.

Dar prioridade a retomada dos espaços públicos e entregá-los aos cidadãos paulistanos, em especial os parques públicos que não podem ser utilizados pela população por falta de segurança e cuidados mínimos, com objetivo de reduzir os contratos terceirizados de segurança, que hoje oneram o orçamento da SVMA e principalmente o os recursos do CONFEMA.

Criar na cidade de São Paulo uma política de proteção à comunidade escolar por meio de um trabalho permanente da Guarda Civil Metropolitana, de forma intensiva buscando o afastamento do crime organizado.

Abertura de concurso público para contratação de 2.500 novos integrantes para reposição do efetivo da Guarda Civil Metropolitana. A Lei Municipal destina que seja de 15.000 integrantes, possui hoje 5.995 componentes, para tanto, mesmo entendendo a situação pelo qual passa o país é possível abrir o certame no ano de 2021, contratar 800 integrantes em 2022, 800 em 2023 e 900 em 2024, fechando o ciclo de 2500 ao longo dos 4 anos de governo. A atual legislação autoriza contratação para reposição de efetivo.

Reaparelhamento da Guarda Civil Metropolitana e investimento contínuo na formação profissional dos seus agentes, tornando a função do Guarda Civil Metropolitan reconhecida como técnico no âmbito da Segurança Urbana.

Criar na cidade de São Paulo o corpo de Defesa Civil com carreira, o que nunca houve na cidade, contratando profissionais com ensino técnico na área de Edificações, Técnico Ambiental, Bombeiro Civil dentre outras áreas, renovando e profissionalizando um órgão extremamente importante, mas que luta para sobreviver.

Combater de forma firme o ilícito ambiental na cidade, ampliando as atribuições da Guarda Civil Metropolitana para que seu efetivo, pertencente a Guarda Ambiental, possa ter o poder de lavratura de



autuação, através de convênio com a SVMA, ampliando de forma efetiva a tutela ambiental em toda cidade de São Paulo.

Implementar a iluminação em locais de grande concentração pública e priorizar igualmente as comunidades sem iluminação e com grande incidência de crimes.

Tecnologia e Inovação

PROPOSTAS

Criar o “Centro de Controle e Ação Municipal”, que abrigará, num único equipamento, o controle de informações de sensibilidade sobre a cidade, provendo com mais eficiência os serviços municipais em situações normais e de risco. Esse centro contará com profissionais de comando da Defesa Civil, GCM, SPTrans, Sec. Saúde, Sec. Da Educação, Sec. Dos Transportes, Sec. Das Subprefeituras, Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros, Comgás, Sabesp, Aneel e ligação direta com centros de informe do tempo.

Implantar o “Programa Administração Inteligente” em todas as áreas da administração, que será responsável por controlar a eficiência dos serviços prestados à população através de indicadores próprios que medirão investimento e eficiência em cada área, fomentados por um planejamento criterioso em que todos os atores participantes tenham medidas a sua responsabilidade e atuação.

Ampliação da WIFI livre na cidade de São Paulo dando prioridade as áreas de difícil conectividade e áreas de maior vulnerabilidade social, buscando parceria com as diversas operadoras de internet.

Atuar de forma a revalorizar a formação técnica do funcionário público municipal e sua qualificação profissional e salarial.

Criação de um Sistema informatizado de Internet e Intranet, permitindo que qualquer médico acesse o prontuário do paciente que está sendo atendido.



Criação de um portal de serviços públicos, onde a população poderá informar-se de forma detalhada sobre problemas locais, podendo inclusive interagir sobre a postura municipal programada para ser implementada através de ações regionais com discussões locais e orçamentárias.

Adotar índices estatísticos de ação pública, onde os serviços prestados deverão estar em acordo com as diversas solicitações da população, e sua razão deve obedecer a critérios de atendimento normalmente aceitos em padrões de conduta pública eficiente.

Meio Ambiente e Sustentabilidade

PROPOSTAS

Modernizar a estrutura administrativa do sistema municipal de gestão ambiental, priorizando a agilidade de resposta às demandas dos munícipes, a transparência nos processos de administrativos e a qualidade técnica na prestação dos serviços à municipalidade. Para tanto, proceder a uma avaliação da estrutura burocrática existente para, em seguida, eleger as atividades-fim que serão fortalecidas e conferir-lhes apoio estrutural efetivo e eficaz.

Consolidar e otimizar as normas e procedimentos emitidos pela SVMA, de forma a tornar o arcabouço normativo inteligível, de fácil compreensão pelo munícipe e técnicos envolvidos, permitindo sua implementação eficaz no controle ambiental do município.

Efetivar o convênio com a GCM Ambiental, com o propósito de aumentar o efetivo da fiscalização ambiental na cidade de São Paulo, com limitação a notificação ao atuado.

Criação do Atendimento ambiental na Secretaria do Verde e Meio Ambiental, após a fiscalização e atuação da GCM Ambiental, em data marcada o munícipe poderá apresentar sua defesa e finalizar o procedimento fiscalizatório.

Articular com o legislativo a edição de um código ambiental do município, visando conferir segurança jurídica na aplicação da lei ambiental na cidade de São Paulo.

Implementar um programa de arborização urbana incentivando o plantio de árvores nas calçadas e ilhas do viário urbano. Para tanto



estabelecendo um sistema criterioso e absolutamente transparente de áreas disponíveis - incluindo árvores que necessitam remoção e substituição, de forma a permitir que as compensações por supressão autorizada possam ocorrer de forma simples e facilmente fiscalizável nessas áreas, que deverão abranger, também, áreas hoje desprovidas de arborização, como cemitérios, escolas e terminais de transporte urbano.

Aplicar critérios ambientais e de sustentabilidade para todas as ações feitas pela prefeitura.

Ampliação e Implantação da Educação Ambiental em 100 % das escolas do município de São Paulo.

Desenvolver um programa municipal de controle da poluição veicular que aponte no tecido urbano da cidade quais as regiões e vias de tráfego que recebem a maior carga poluente, implementando medidas de compensação e controle localizadas que impliquem em redução das emissões locais e mitiguem os efeitos da poluição.

Articular com os demais atores da administração municipal a implementação dos eixos da economia circular na cidade de São Paulo, não apenas avaliando os projetos de reciclagem em operação, como também identificando os demais atores responsáveis pelo looping produtivo, estimulando arranjos produtivos locais. Não basta apenas traçar relações com cooperativas de catadores, ampliar a coleta seletiva ou estimular ações voluntárias de destinação dos resíduos recicláveis - é necessário integrar a cidade de São Paulo à economia circular como um todo, integrando acordos setoriais, política tributária, concessões de saneamento, área social e geração de energia.

Dar continuidade ao programa de recuperação ambiental dos cursos d'água de forma integrada às necessidades viárias e de prevenção de enchentes e inundações. Importante nesse sentido implantar, na cidade de São Paulo, a exemplo de outras cidades do mundo, a tecnologia de fitorremediação e uso de meios naturais para a recuperação das microbacias do município.

Reforçar a recuperação ambiental das áreas de risco, encostas de morro e fundos de vale - em articulação com a política habitacional e de



regularização fundiária do município. Não é possível trabalhar com a recuperação ambiental - no papel - sem enxergar a dura realidade social da cidade, reconhecer os vetores econômicos e as condições da população que habita regiões de interesse ambiental especial - para então firmar um programa factível, social e ambientalmente correto, de intervenção e remediação.

Otimizar a zeladoria dos parques e praças de São Paulo, integrando a população usuária na gestão, para além da burocracia participativa - conferindo total transparência à gestão e buscando crescente participação do setor privado.

Integrar o sistema de compensação ambiental em todas as áreas verdes da cidade de São Paulo, incluído as áreas das subprefeituras e SVMA, com o objetivo de o empreendedor executar a compensação ambiental em áreas verdes de toda a administração.

Fortalecer e implantar todos os conselhos de parques da cidade e CADES Regionais em todas as Subprefeituras, com o objetivo de integrar a população nas políticas públicas ambientais e administrativas no território.

Refazer o plano diretor de logística de abastecimento e trânsito por meio de bicicletas e patinetes (bicicletas, patinetes e outros meios alternativos de transporte) na cidade de São Paulo, conciliando o traçado da cidade com o acesso aos terminais modais, fluxos prioritários de usuários em face do trajeto de trabalho e de lazer e, também, da necessária disposição de estruturas de estacionamento de bicicletas e patinetes - áreas de descanso e trechos de intersecção com o tráfego dos demais veículos. É preciso que a política de intermodalidade avance para além dos desenhos de ciclovias sem uso e malcuidadas.

Ampliar a instalação de Ecopontos, para oferecer à população novos locais para depósito de entulho e materiais inservíveis, com o objetivo de facilitar o seu reaproveitamento e a reciclagem de materiais.

Utilizar o sistema de Ecoponto nas comunidades carentes para atuar na prevenção de enchentes e também como parte do “Programa Promover Saúde”.



Implementar a responsabilidade compartilhada na cidade de São Paulo, fazendo com que o responsável pelo resíduo sólido seja responsabilizado pelo dano causado pelo descarte irregular.

Adequação ao Novo Marco Legal do Saneamento Básico, buscando ajustes institucionais, convênios e outros dispositivos legais para com o objetivo primário em garantir Segurança Hídrica em todos níveis de atuação dos órgãos intervenientes.

Ampliar o programa do Aprova Rápido para os demais procedimentos da Prefeitura de São Paulo, onde o munícipe poderá através de uma única solicitação ser atendidos por todas as secretarias envolvidas no processo.

Revisar a legislação urbanística e processual, trazendo maior transparência e celeridade na aprovação de processos.

Fortalecer os Conselhos Municipais ligados a política urbanística da cidade, aumentando os canais de participação do cidadão na implementação de ações.

Aumentar o número de técnicos na Secretaria Municipal de Licenciamento, acelerando a análise dos processos em andamento.

Aumentar a fiscalização de imóveis que desrespeitam o silêncio urbano noturno (PSIU).

Diminuir a burocracia existente para aprovação de projetos.



Republicanos 10

